

A FORMAÇÃO CONTINUADA E O FOCO NA SAÚDE E BEM-ESTAR NA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CONTINUING EDUCATION AND THE FOCUS ON HEALTH AND WELL-BEING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION TEACHING

Juliana de Oliveira Amorim da Silva

Mestre em Educação pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3806393254364330>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6376-8776>

E-mail: a103222@uri.edu.br

Jordana Wruck Timm

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2321130536522951>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4445-1909>

E-mail: jordanawruck@hotmail.com

Resumo: O trabalho possui lugar de destaque na vida de todo ser humano e pode ser fator de bem-estar e/ou de mal-estar. Já o trabalho docente possui especificidades, tanto em relação a formação para o seu exercício, quanto a multiplicidade de papéis que o envolvem e, também poder favorecedor de saúde e/ou de adoecimento. Com isso, por meio de uma pesquisa bibliográfica, objetivou-se (re)pensar a formação continuada de professores, como meio de promoção e contribuição em prol da saúde e bem-estar na docência na Educação Infantil. Os resultados evidenciaram que os professores de Educação Infantil frequentemente lidam com altos níveis de estresse e desgaste físico e emocional, decorrentes de fatores como carga horária extensa, rotina intensa, excesso de trabalho extraescolar, condições inadequadas de trabalho, altas demandas emocionais, combinadas com a sobrecarga de papéis, entre outros.

Palavras-chave: Formação de professores. Formação continuada. Saúde docente. Educação Infantil.

Abstract: Work has a prominent place in the life of every human being and can be a factor of well-being and/or discomfort. Teaching work, on the other hand, has specificities, both in relation to training for its exercise and the multiplicity of roles involved, as well as its potential to promote health and/or illness. Thus, through bibliographic research, the objective was to (re)think the continuing education of teachers, as a means of promoting and contributing to health and well-being in teaching in Early Childhood Education. The results showed that Early Childhood Education teachers often deal with high levels of stress and physical and emotional exhaustion, resulting from factors such as long workloads, intense routines, excessive extracurricular work, inadequate working conditions, high emotional demands, combined with role overload, among others.

Keywords: Teacher training. Continuing education. Teacher health. Early Childhood Education.

Introdução

O trabalho é uma atividade essencialmente humana, nele o homem se realiza não apenas profissionalmente, mas também pessoalmente, adquire e constrói meios para sua sobrevivência e desenvolve suas habilidades, sendo impactado de forma positiva. Porém, também sofre as interferências negativas, advindas da sobrecarga de atividades, do desgaste físico e do stress emocional, podendo ocasionar o adoecimento. Essa ambivalência deve ser enfrentada de forma equilibrada pelos trabalhadores, com momentos bons e outros nem tanto. Um dos grupos profissionais que tem enfrentado um crescente índice de adoecimento é justamente o grupo dos professores.

Este grupo tem se tornado cada vez mais numeroso e bastante desigual no que se refere às condições de trabalho, não só no ensino básico, mas também na Educação Infantil, o que leva em consideração o tipo de escola, o nível do ensino e o perfil dos alunos distribuídos nas escolas. Além de ser reconhecida como uma das categorias profissionais mais estressantes, a docência enfrenta uma intensa desvalorização, precarização do trabalho e um aumento exacerbado do volume de tarefas. Como resultado, observa-se um número significativo de afastamentos, faltas, queda na produtividade e até mesmo o abandono da profissão (Morais et al., 2021).

Com isso, por meio de uma pesquisa bibliográfica, objetivou-se (re)pensar a formação continuada de professores, como meio de promoção e contribuição em prol da saúde e bem-estar na docência na Educação Infantil. Apesar de ser uma prática geralmente prazerosa, a rotina intensa, o excesso de trabalho extraescolar, a multiplicidade de papéis desempenhados no contexto escolar são os principais fatores que aumentam o estresse. Esses fatores de risco para o aumento das tensões são amplamente reconhecidos na literatura (Sadir; Bignoto; Lipp, 2010).

Formação docente e formação continuada: a importância do professor estar sempre (in)formado

Hoje em dia, após inúmeras pesquisas e debates nos fóruns de educação das últimas décadas, tornou-se consenso que o investimento à formação de professores é um dos aspectos decisivos e uma das principais vias para suscitar reformas formativas bem-sucedidas e melhorar o desenvolvimento da formação e a qualidade da educação básica.

Dentro desse consenso, é sabido que a formação continuada é essencial para a capacitação do corpo docente, sendo amplamente aceito o modelo que ocorre nos próprios locais de atuação dos professores. Este trabalho, portanto, adota como ponto de partida a perspectiva da formação continuada in loco, considerando-a a tendência contemporânea mais efetiva para o desenvolvimento profissional dos professores. Além dessa abordagem, a ideia de educação ao longo da vida se mostra suficiente para atender às necessidades de formação contínua dos educadores.

É na escola que se revela a necessidade de formação de professores, tendo em conta o contexto em que se insere suas próprias características e características específicas. As propostas de formação continuada para professores, nos últimos anos, têm sido motivo de preocupação tanto para órgãos governamentais quanto para pesquisadores e teóricos da educação.

Vale ressaltar que a proposta de formação continuada entra no universo educacional com o objetivo de melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem nas escolas, visto que a escola é o local em que a maioria dos nossos alunos frequenta na tentativa de se apropriar do conteúdo sistematizado ao longo da história da humanidade, necessários à sua formação e humanização, bem como subsidiar o professor para que possa enfrentar, com maior segurança e competência, os desafios impostos pela educação contemporânea.

Ao analisar a história da formação de professores é possível inferir que múltiplas mudanças sociais acabam sendo os fatores que mais têm contribuído para o aumento da demanda por formação de professores, bem como seu exercício de reflexão na ação em torno de sua prática de ensino. Essa necessidade surge desde o momento em que as escolas públicas começam a interagir com diversos públicos, especialmente nas classes populares. Além disso, as mudanças sociais, econômicas e culturais ocorridas na última década reforçam a importância dessa interação.

Sabemos que os desafios impostos pela educação contemporânea são muitos e que os professores estão insatisfeitos e inseguros diante deles. Por isso, conforme assevera Freire (1991, p. 589):

[...] acreditamos que a formação continuada de professores é a solução possível para melhorar a qualidade do ensino. Nesse contexto, a formação continuada é uma tentativa de salvar a figura do professor que não respeita sua profissão, que hoje é muito desgastante. Assim, 'Ninguém nasce educador ou se caracteriza como educador. Nos tornamos educadores, formamo-nos como educadores, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática'.

Para o autor a formação permanente é uma aquisição de maturidade, nascida da consciência de ser. Quando a reflexão permeia a prática docente e a prática de vida, a formação permanente será requisito sine qua non para que o homem se retenha vivo, energizado, atuante em seu espaço histórico, crescendo em conhecimento e responsabilidade profissional e pessoal como cidadão. É do conhecimento geral que o homem, ao longo da sua vida, apropria-se da cultura acumulada pelas gerações anteriores, ao mesmo tempo que cria objetivações, correspondentes às suas ideias e aos desafios do seu tempo.

Vilela e Silva (2022) dizem que a educação é, então, um processo fundamental, pois é por meio dela que ocorre essa apropriação e que o indivíduo adquire os instrumentos para criar essas objetivações. A apropriação do conhecimento feito pelo homem na sociedade ocorre nas interações entre os membros que figuram as culturas e nas práticas sociais. Na nossa sociedade, essa alocação ocorre no cotidiano e em instituições construídas para isso, como as escolas.

A escola como instituição social, cuja tarefa é democratizar o conhecimento produzido pelos humanos no passado, é um espaço de mediação entre os sujeitos e a sociedade. Compreender a escola como mediação significa compreender o conhecimento como fonte para realizar um processo de emancipação humana e, portanto, de transmutação social. Nesse contexto, é preciso desvendar qual é o papel político da escola, bem como seu papel pedagógico, além de dimensionar a prática pedagógica em todas as suas características e determinantes, com intencionalidade e coerência, provando um compromisso político para garantir que o processo de ensino-aprendizagem esteja a serviço da mudança necessária (Vilela; Silva, 2022).

Assim, a atividade educacional do professor é uma série de ações deliberadas e conscientes, destinadas a atingir um objetivo específico. Assim, entender a natureza da escola e da atividade docente, nessa perspectiva, implica articular a aprendizagem do aluno com a formação continuada do professor e sempre entender que a formação continuada deve estar a serviço da reflexão e da produção de conhecimento sistematizado, que possa oferecer as bases teóricas necessários para a articulação com a prática criativa do professor em relação ao aluno, à escola e à sociedade (Lima, 2001).

Ao conceber a educação continuada, é preciso entender que se trata de um processo de formação profissional para aqueles que concluíram a educação básica e estão exercendo a profissão. Assim, a formação permanente se dirige ao profissional introduzido em um contexto sócio-histórico profissional e tem como objetivo interceder o conhecimento socialmente acumulado em uma perspectiva transformadora da realidade.

Para realizar um ensino eficaz é necessário que os professores dominem continuamente os avanços da ciência e as teorias educacionais. Barbieri, Carvalho e Uhle (1995) apontam uma razão ainda mais urgente e profunda: o professor precisa buscar a resignificação de seus conhecimentos, não apenas para se atualizar, mas também porque isso está intrinsecamente ligado à própria essência do fazer pedagógico.

Vale elucidar que é de suma importância uma contribuição nesse sentido, ao desenvolver uma concepção de educação permanente, baseada em dois princípios da perspectiva marxista: o trabalho como categoria fundadora da vida humana e; a práxis da atividade docente levando em conta esses princípios marxistas, podemos deduzir que a educação permanente é a articulação entre o trabalho docente, o conhecimento e o desenvolvimento profissional do professor com

possibilidade de uma postura reflexiva dinamizada pela práxis (Lima, 2001).

Sabe-se que a formação continuada é essencial para os professores por vários motivos, incluindo a atualização dos conhecimentos, o desenvolvimento de novas habilidades pedagógicas, a melhoria da prática docente e o aumento da motivação e satisfação profissional. No contexto brasileiro, essa importância é ainda mais evidente devido às constantes mudanças nas políticas educacionais, nas demandas dos alunos e nas inovações tecnológicas.

A formação continuada permite que os professores se mantenham atualizados com as novas teorias e práticas pedagógicas, bem como com as mudanças no currículo nacional. Segundo Gatti (2016), a atualização constante é fundamental para que os educadores possam oferecer um ensino de qualidade, que atenda às necessidades e expectativas dos alunos.

Além de atualizar os conhecimentos, a formação continuada é fundamental para o desenvolvimento de novas habilidades. Conforme apontado por Nóvoa (1999), os professores precisam, constantemente, aprender novas metodologias de ensino, técnicas de gestão de sala de aula e estratégias de avaliação, que são essenciais para melhorar o aprendizado dos alunos.

A formação continuada contribui significativamente para a melhoria da prática docente. De acordo com Libâneo (2012), ao participar de programas de formação, os professores têm a oportunidade de refletir sobre sua prática, compartilhar experiências com outros colegas e implementar novas abordagens pedagógicas que podem levar a uma prática mais eficaz.

Os programas de formação continuada também desempenham um papel importante na motivação e satisfação dos professores. Segundo Tardif (2002), quando os professores se sentem competentes e valorizados, sua motivação aumenta, o que se reflete em um maior compromisso com a profissão e melhores resultados educacionais.

No contexto atual, caracterizado por rápidas mudanças sociais e tecnológicas, a formação continuada é essencial para que os professores possam responder adequadamente a essas demandas. A pesquisa de Costa e Souza (2020) destaca que a integração de tecnologias no ensino e a adaptação a novas formas de comunicação e interação exigem que os professores estejam em constante aprendizado.

O governo brasileiro tem implementado diversas políticas para incentivar a formação continuada dos professores. Programas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica (Brasil, 2015) são exemplos de iniciativas que visam garantir que os professores tenham acesso a oportunidades de formação.

O desenvolvimento profissional contínuo é vital para a motivação e a satisfação dos professores. Formações continuadas oferecem oportunidades para que os educadores reflitam sobre suas práticas, compartilhem experiências com colegas e expandam seus conhecimentos. Day (1999) destaca que o desenvolvimento profissional contínuo não apenas melhora a prática pedagógica, mas também fortalece a identidade profissional dos professores, contribuindo para a retenção de talentos na área educacional. Além disso, a formação continuada ajuda a prevenir o burnout, um problema crescente entre professores, conforme discutido por Maslach e Leiter (2016).

A formação continuada é essencial para garantir que os professores estejam preparados para enfrentar os desafios de uma educação em constante evolução. Ao investir no desenvolvimento profissional dos educadores, estamos melhorando a qualidade do ensino e da aprendizagem e promovendo um ambiente escolar mais inclusivo, equitativo e tecnologicamente avançado. Políticas e práticas que apoiam a formação continuada devem ser uma prioridade para qualquer sistema educacional que aspire à excelência. Assim, garantir que os professores tenham acesso contínuo a oportunidades de desenvolvimento é fundamental para o sucesso e o progresso da educação como um todo.

As especificidades da formação continuada para os professores que atuam na Educação Infantil

A formação continuada é especialmente importante na Educação Infantil, pois essa etapa é

crucial para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. No contexto brasileiro, a formação contínua dos professores da Educação Infantil contribui para a melhoria da qualidade do ensino e para o atendimento adequado das necessidades específicas das crianças nessa fase.

A Educação Infantil é uma fase crítica para o desenvolvimento integral da criança. Segundo Cury (2002), os primeiros anos de vida são fundamentais para a construção das bases cognitivas, afetivas e sociais. A formação continuada permite que os professores se atualizem sobre as melhores práticas pedagógicas que promovem o desenvolvimento integral da criança.

A qualidade do ensino na Educação Infantil é diretamente influenciada pela formação dos professores. Conforme apontado por Kramer (2006), a formação continuada contribui para que os educadores adquiram conhecimentos específicos sobre as necessidades e características das crianças pequenas, melhorando assim a qualidade do ensino oferecido.

A formação continuada possibilita aos professores a adoção de práticas pedagógicas inovadoras. De acordo com Barbosa (2012), é essencial que os educadores da Educação Infantil conheçam e apliquem metodologias que estimulem a curiosidade, a criatividade e a autonomia das crianças. A formação contínua oferece o suporte necessário para a implementação dessas práticas.

A formação continuada também é importante para que os professores estejam atualizados sobre as políticas educacionais e as diretrizes curriculares. Segundo Gandin (2013), as mudanças nas políticas públicas exigem que os professores estejam em constante atualização para garantir que suas práticas estejam alinhadas com as normas vigentes e com as expectativas da sociedade.

A formação continuada incentiva a reflexão sobre a prática docente e promove a melhoria contínua. Oliveira (2010) destaca que os programas de formação contínua proporcionam momentos de reflexão e troca de experiências entre os professores, o que contribui para o aprimoramento das estratégias pedagógicas.

A formação continuada na Educação Infantil também abrange aspectos de inclusão e diversidade. De acordo com a pesquisa de Arce (2014), é fundamental que os professores estejam preparados para lidar com a diversidade cultural, social e individual das crianças, promovendo uma educação inclusiva e respeitosa.

Por fim, a formação continuada oferece suporte ao desenvolvimento profissional dos professores. Segundo Tardif (2002), a valorização e a capacitação contínua dos educadores são essenciais para a construção de uma carreira sólida e para o aumento da satisfação profissional, o que, por sua vez, impacta positivamente a qualidade do ensino.

A docência na Educação Infantil

No Brasil, a expressão utilizada até a década de 1980 era educação “pré-escolar”, o que subentendia que a Educação Infantil era uma etapa anterior e preparatória a escolarização, que só iniciaria no Ensino Fundamental.

Com a Constituição Federal de 1988, torna-se dever do Estado o atendimento em creche e pré-escolas para crianças de zero (0) a seis (6) anos de idade. Porém, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser integrante da educação básica, tendo a mesma importância que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Devido a modificação introduzida pela LDB, em 2006, a Educação Infantil passou a atender crianças com a faixa etária de zero (0) a cinco (5) anos.

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento essenciais das crianças de zero (0) a cinco (5) anos e 11 meses, sendo esse o primeiro momento de separação de seus vínculos afetivos familiares e o primeiro contato com a escola, nessa etapa são associados o educar e o cuidar, sendo complemento da educação familiar.

Em nosso país, a Educação Infantil tem passado por inúmeras transformações devido a uma série de fatores. A inclusão da Educação Infantil na Educação Básica, desde a Constituição Federal, de 1988, e sua regulamentação pela Lei n. 9.394 (LDB), em 1996, tirou o atendimento em creches da esfera do assistencialismo e o integrou ao trabalho pedagógico feito nas pré-escolas, dentro de uma perspectiva de constituírem a primeira etapa da Escola Básica. A partir da segunda metade do século XX, foram instituídas novas perspectivas para o trabalho pedagógico, inovando a visão

de criança pequena e suas possibilidades de aprender. O reconhecimento que hoje é dado pela área educacional a questões como subjetividade, diversidade, justiça social e garantia de direitos às crianças desde o nascimento tem criado perspectivas para se compreender a educação e cuidado da criança pequena.

Atualmente qualidade do trabalho realizado na educação infantil tem sido causa de preocupação entre gestores públicos, educadores e familiares. Seja pela necessidade de uma formação docente especializada, que contemple o trabalho pedagógico com crianças pequenas, seja pela falta de adequação de infraestrutura nas unidades escolares, o que destaca a importância de se pensar sobre a organização curricular desta etapa de ensino e de criar ações que articulem o trabalho pedagógico realizado na Educação Infantil com aquele realizado pelas demais etapas da Educação Básica (Oliveira, 2019).

O principal foco no debate sobre a BNCC foi assegurar a peculiaridade da educação infantil no que tange a organização de situações educativas da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças, no intuito de amparar o direito de todas as crianças, desde o nascimento, com objetivo de desenvolver a criatividade e ter acesso a novos conhecimentos (Oliveira, 2019).

Para isso, é trabalho do professor refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar as práticas e interações promovendo, assim, o aprendizado e desenvolvimento das crianças. Por isso, ao pensarem na organização dos tempos e espaços das creches e pré-escolas é fundamental que: Planejem atividades com significado, nas quais as crianças possam experimentar possibilidades e ser protagonistas da ação educativa; Aproveitem os momentos de cuidado (banho, troca de fralda, alimentação) para interagir com as crianças e possibilitar a participação, a expressão e o conhecimento de si mesmos. A definição de intencionalidade na BNCC é:

[...] organização e preposição, pelo educador, de experiências que permitam as crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimenta-se, vestir-se, higienizar-se), na brincadeira, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (Brasil, 2018, s/p).

Sendo assim, é possível dizer que a intencionalidade educativa está presente em todos os momentos da jornada na Educação Infantil, que incluem: Acolhimento e despedida; Rotinas de cuidados; Atividades de livre escolha; Experiências propostas pelos professores; Momentos de grande grupo; Momentos de pequeno grupo; Momentos de área externa; Momentos de conversa; Hora da história; Festividades e encontros com as famílias.

Reconhecendo as especificidades que constituem a etapa da Educação Infantil, é possível perceber o quão exaustivo é essa profissão. Carlotto (2010), em um de seus estudos sobre a diferença entre os níveis de ensino, faz uma comparação pertinente entre a Educação Infantil e os demais níveis da educação, destacando que os professores da Educação Infantil apresentam menores níveis de exaustão emocional e maiores índices de realização profissional, afirma ainda que esse resultado pode estar relacionado a faixa etária dos alunos na pré-escola. De acordo com Reis (2005), isso é possível porque a relação professor-aluno está carregada de afetividade, o que proporciona ao profissional criar inúmeras possibilidades de ambiente favorável a uma experiência pré-escolar bem-sucedida.

Mesmo considerando que os professores da Educação Infantil possuam uma sobrecarga menor de trabalho, por lidar com crianças pequenas, vale ressaltar que mesmo neste nível da educação é possível existir um fator de risco para a saúde e bem-estar docente, seja ele pela carga horária, o tempo de exercício profissional ou pela quantidade de alunos em sala. Quanto maiores esses fatores, maior é a responsabilidade e o sentimento de desgaste emocional deste profissional.

Para Scliar (2007), o conceito de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural. Ou seja: saúde não representa a mesma coisa para todas as pessoas. Dependerá da época, do lugar, da classe social. Dependerá de valores individuais, dependerá de concepções científicas, religiosas, filosóficas.

O conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgado na carta de princípios, de 7 de abril de 1948 (desde então o Dia Mundial da Saúde), implicando o reconhecimento do direito à saúde e da obrigação do Estado na promoção e proteção da saúde, diz que “Saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade” (OMS, 1948, s/p).

Saúde deveria expressar o direito a uma vida plena, sem privações. Um conceito útil para analisar os fatores que intervêm sobre a saúde e sobre os quais a saúde pública deve, por sua vez, intervir, é o de campo da saúde (health field), formulado em 1974, por Marc Lalonde, titular do Ministério da Saúde e do Bem-estar do Canadá - país que aplicava o modelo médico inglês. De acordo com esse conceito, o campo da saúde abrange: a biologia humana, o meio ambiente, o estilo de vida e a organização da assistência à saúde. No entanto, esse é apenas um componente do campo da saúde e não necessariamente o mais importante. É claro que essas coisas não são excludentes, mas a escassez de recursos na área da saúde obriga, muitas vezes, a selecionar prioridades.

Para tornar essa etapa obrigatória e a reconhecer como essencial, ela entra no plano da BNCC. O documento reconhece a etapa da educação básica como fundamental para a construção da identidade e da subjetividade das crianças. A escola de ontem, não se caracteriza como a escola de hoje, e que bom que as coisas e percepções mudaram. Com isso, docentes e equipe gestores precisam se preparar para essa clientela e para as novas demandas educacionais.

A BNCC enfatiza a importância de observar e registrar a trajetória de aprendizagem e desenvolvimento de cada criança e do grupo enquanto participam das experiências propostas. Esses registros podem incluir materiais produzidos tanto pelos professores quanto pelas crianças, e os resultados permitem que as famílias vejam a história das experiências vividas. Essa abordagem promove uma formação e desenvolvimento humano abrangente nas dimensões física, intelectual, social, emocional e cultural. O objetivo é construir uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária. De acordo com as políticas públicas, essa etapa de ensino é planejada no âmbito municipal, sendo o município responsável pelo currículo e pelo desenvolvimento de todo o processo educativo.

Quando a criança começa a ir para a escola, ela já entra na escola como um ser completo, com suas histórias, seus direitos, sendo construtora de história e conhecimento. O docente da Educação Infantil se coloca como construtor de um vínculo estável e de confiança com seus alunos. Nesse momento da educação o docente deve instigar a investigação e a curiosidade dos alunos, realizando boas perguntas e transformando essas em ações de busca do conhecimento.

As escolas de Educação Infantil buscam instrumentos de apoio pedagógico, sendo o Projeto Político Pedagógico (PPP) um elemento fundamental para orientar o trabalho na instituição e fortalecer suas ações. Outro aspecto fundamental são as formações continuadas dos docentes. Ao planejar essas formações, o foco principal deve ser a elaboração de experiências e atividades de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento das crianças de zero (0) a cinco (5) anos. Essa formação é contínua e precisa ser constantemente atualizada e ampliada, pois estamos sempre lidando com transformações culturais constantes.

Para que a formação continuada seja um instrumento de apoio ao docente, são sugeridos alguns passos no guia de implementação da BNCC, sendo eles: continuidade, formação no dia a dia da escola, uso de evidências, coerência; e em relação à metodologia, entram em foco as abordagens práticas e as melhores experiências dos docentes. Envolvendo os próprios docentes da rede, na busca de troca de práticas, pode ser uma possibilidade de maior engajamento por parte dos docentes e o engajamento pode ser significativo, uma vez que o pertencimento à construção será efetivo.

A formação de professores possibilita aos docentes momentos para o planejamento, a avaliação e a reorientação de suas práticas. Como afirmam Formosinho (2001) e Oliveira-Formosinho (2005), estão envolvidas a experiência como alunos, a formação profissional (curso em nível de magistério ou superior) e, dentro dela, a prática pedagógica (estágio).

Torna-se importante que as políticas desenvolvidas nesse contexto valorizem e respeitem os professores. Eles devem ter espaço para expor suas ideias e expectativas e precisam ser ouvidos. O conhecimento proveniente de sua experiência deve ser considerado e valorizado. Os projetos devem identificar as teorias praticadas e, por meio deles, criar situações para analisar e criticar suas

práticas, promover a reflexão a partir delas, permitir diálogos baseados em novos fundamentos teóricos, trocar experiências e propor novas formas de superação de dificuldades.

Para Domingues (2009), a formação contínua na escola deve estar apoiada em um trabalho coletivo, baseada na investigação da ação docente e buscando, por meio de todas as ações, promover o desenvolvimento profissional do docente. Sabe-se que a criança possui necessidades e características peculiares e a escola desempenha um importante papel nesse aspecto, que é oferecer um espaço favorável às brincadeiras associadas as situações de aprendizagem que sejam significativas, contribuindo para o desenvolvimento de forma agradável e saudável. Evidencia-se que são muitos os desafios a serem superados para garantir o direito da criança e delinear a formação dos profissionais, de modo a promover o respeito à criança enquanto cidadã de direitos.

Estabelece-se, desta forma, a necessidade de formação dos educadores a partir de sua realidade, de seu cotidiano, uma ação “bem trabalhada e refletida criticamente, que pode contribuir para o processo de formação continuada dos professores” (Alonso, 2010, p. 177). Ao propor um trabalho de formação continuada nas instituições, a supervisão não deixará de realizar suas “tarefas rotineiras, mas indica um redirecionamento do trabalho [...] cuja atenção deve se voltar para os problemas que ocorrem em sala de aula, com os professores” (Alonso, 2010, p. 177). A formação possibilita aos professores momentos para planejamento, avaliação e reorientação de suas práticas.

De acordo com Nóvoa (2015), a instituição escolar e a formação para atuação neste espaço não podem continuar sendo da maneira como foram pensadas em meados do século XIX. É preciso promover mudanças, mas não se deve ter a ilusão de que a escola pode resolver todos os problemas, pois isso pode levar à desilusão de que nada foi alcançado. Alguns marcos históricos nesse processo são de extrema importância. Um exemplo é o quadro negro, um instrumento fundamental para o docente explicar o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem. A partir dessa perspectiva, conforme observado por Nóvoa (2015), é possível perceber que houve poucos avanços significativos do século XIX até os dias de hoje. Segundo Nóvoa (2015, p. 20):

O trabalho dos professores deve ser apoiado e continuado por três movimentos. Primeiro, uma organização mais aberta e diversificada dos espaços e dos tempos escolares. Segundo, um currículo centrado nos alunos e em suas aprendizagens e não em listas intermináveis de conhecimentos ou competências. Terceiro, uma pedagogia com dimensão fortemente colaborativa, que utilize a relação (as redes) como dispositivo de comunicação e aprendizagem.

A tecnologia estando cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, fez surgir uma possibilidade bastante interessante, que pode ser revolucionária. De acordo com os estudos que definem a sala de aula invertida, que é uma maneira de melhorar o ensino-aprendizagem, pois possibilita que os alunos estudem em casa e quando chegam à sala de aula, já com um conhecimento prévio, podem discutir o assunto estudado e ampliar seus conhecimentos. Outra proposta para a atualidade, que torna a atividade da docência desafiadora, são as metodologias ativas, que tem como proposta incentivar os estudantes a aprenderem de forma autônoma e participativa, tornando o aluno responsável pela construção de conhecimento, ou seja, protagonista; nesse caso o professor é coadjuvante no processo de ensino-aprendizagem.

Nessa mesma proposta, a cibercultura expressa uma mutação fundamental da própria essência da cultura, ou seja, um mundo virtual com informações, no qual todos podem navegar e se comunicar. De acordo com a tese desenvolvida por Lévy (1999, p. 247), a chave da cultura do futuro é o conceito de universal sem totalidade, nessa proposição, “o universal” significa a presença virtual da humanidade para si mesma. O universal abriga o aqui e agora da espécie, seu ponto de encontro, um aqui e agora paradoxal, sem lugar nem tempo claramente definíveis.

Como a aprendizagem é um processo, e para que provoque mudanças no comportamento do aluno e amplie seus conhecimentos, este precisa compreender a relação que há entre a aprendizagem e a sua vida, e o professor compreender a importância de valorizar os conhecimentos que o aluno já tem, relacionando com o conteúdo que está sendo trabalhado, de acordo com Freire (2002, p. 32):

Pensar certo, do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto ao respeito e ao estímulo à capacidade criadora do educando. Implica o compromisso da educadora com a consciência crítica do educando cuja 'promoção' da ingenuidade não se faz automaticamente.

Sendo assim, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento na BNCC para a Educação Infantil vem buscando práticas de brincadeiras e atividades propostas na rotina escolar, a equipe gestora deve orientar e/ou elaborar documentos próprios (PPP ou currículo) e o papel do professor é observar, acompanhar e documentar todo o processo de aprendizagem no desenvolvimento da criança.

Saúde e bem-estar na docência na Educação Infantil

O trabalho é uma atividade essencialmente humana, nele o homem se realiza pessoalmente, adquire meios para sua sobrevivência e desenvolve suas habilidades, sendo impactado de forma positiva. Como toda a profissão nos tempos atuais, um estudo da International Stress Management Associatio no Brasil (ISMA/BR) apontou, em 2020, que o nosso país é o segundo mais afetado pelo esgotamento profissional excessivo no mundo. De acordo com a OMS, o Brasil possui a maior taxa de pessoas com ansiedade, além de ocupar o quinto lugar de pessoas com depressão, essas duas condições estão ligadas à Síndrome de Burnout. A Síndrome de Burnout ou síndrome do esgotamento profissional, é definida como um estado físico, emocional e mental no qual o indivíduo vivencia extrema exaustão, despersonalização e redução do senso de realização pessoal. Para a formação da docência, existe um desequilíbrio entre as demandas exigidas, como rendimento, bom trabalho e boa formação. A exigência da atualidade e a desvalorização da profissão vem, cada vez mais, exigir a necessidade de trabalhar em mais de um local para compor a renda mensal, tornando a jornada de trabalho exaustiva.

Essa ambivalência deve ser enfrentada de forma equilibrada pelos trabalhadores, com momentos bons e outros nem tanto. Porém, este pêndulo pode se desequilibrar para o lado negativo, o que pode ocasionar o adoecimento. Um dos grupos profissionais que tem enfrentado um crescente índice de adoecimento é o grupo dos professores.

O professor pode ser considerado, dentro da nossa sociedade em geral, um profissional de relevância, pois ele trabalha como orientador durante boa parte da vida de várias pessoas, que vão seguir outras profissões futuras, porém, atualmente, no ambiente da docência, há um aumento de profissionais com queixas de adoecimento, desesperança e insatisfação.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a profissão docente é considerada uma das mais estressantes, por meio de estudos é possível perceber que vem crescendo o números de profissionais da área educacional que apresentam alguma patologia referente a sua saúde, porque ensinar, nos dias de hoje, vem se tornando uma das atividades mais desgastantes e estressantes, tendo em vista que não atinge apenas a saúde mental e psicológica, mas também sua saúde física, afetando seu desempenho profissional (OIT, 2007).

Produzir narrativas e promover saúde estão ligados a políticas de subjetivação que veem a vida como uma contínua invenção, não como algo já definido. Refletir sobre a atuação de um professor, hoje, é uma tarefa bastante complexa, pois estamos vivenciando uma realidade escolar em constante mudança e uma pressão social que vê a escola como a solução para todos os problemas sociais do Brasil. Essa pressão exige uma rápida adaptação dos profissionais da educação.

Além das múltiplas demandas, outras razões são apontadas para esta situação. O ambiente de trabalho inadequado, as baixas condições salariais e a desvalorização da profissão são apontadas por vários autores como alguns dos principais fatores que colaboram para o aumento dos casos de docentes adoecidos (Esteve, 2005; Giordano; Andrade, 2006). Mendes (2006) afirma que estes profissionais são pressionados para dominarem as novas tecnologias que são introduzidas no contexto escolar, sem um preparo antecipado para isso, este também é um fator que pode resultar em mal-estar.

Os professores vêm enfrentando cada vez mais situações precárias de trabalho, ainda se mantém toda a exigência de ensino com novas metodologias e tecnologias para auxiliar na absorção do conteúdo, o que faz recair uma grande responsabilidade sobre estes profissionais, que são encarregados também de ensinar o que normalmente não é função da escola, colocando grande peso sobre os seus deveres (Mendes, 2006).

A sala de aula será, cada vez mais, um ponto de partida e de chegada, um espaço importante, mas que se combina com outros espaços para ampliar as possibilidades de atividades de aprendizagem. O que deve ter uma sala de aula para uma educação de qualidade? Precisa, fundamentalmente, de professores bem-preparados, motivados, bem remunerados e com formação pedagógica atualizada. Isso é incontestável!

Para que os professores possam educar com qualidade, é essencial que tenham acesso e competência para organizar e gerenciar as atividades didáticas em, pelo menos, quatro áreas principais. Primeiro, é preciso repensar todo o processo educativo, reaprender a ensinar, a estar com os alunos, a orientar atividades e a definir o que realmente vale a pena fazer para aprender, seja em conjunto ou individualmente. Segundo, novos campos estão se abrindo na educação online, principalmente na educação à distância, graças à Internet. Terceiro, na educação presencial, a chegada da Internet também está trazendo novos desafios para a sala de aula, tanto tecnológicos quanto pedagógicos. Por fim, embora as tecnologias sozinhas não mudem a escola, elas oferecem inúmeras possibilidades de apoio ao professor e de interação com e entre os alunos (Moran; Masetto; Behrens, 2003).

Para Bulgraen (2010), o papel do professor se torna um elo entre o aluno e o conhecimento. No entanto, na prática ainda existem situações em que o trabalho do professor pode estar mais ligado a realização de um processo de ensino, no qual o conteúdo deve ser apresentado de forma contínua, fazendo exigências da conduta do professor e sua forma de trabalhar, assim, pode-se perder o elo entre o professor e o aluno. Essas exigências, juntamente com a discrepância entre o que se deve fazer e o que se consegue realizar dentro do ambiente escolar, podem levar os profissionais de ensino a situações de grande estresse. Esse estresse pode debilitar sua saúde mental, psicológica e física, devido às crescentes demandas que se têm tornado parte integrante das funções do professor.

Criar leis e incentivos de inclusão seria mais favorável se as condições para o ensino e o aprendizado fossem mais igualitárias e se apresentasse uma estrutura minimamente adequada para a atuação do professor durante a execução de sua função, o que, em vários casos, não ocorre. As estratégias voltadas para a aplicação da LDB, que são as diretrizes fundamentais da educação brasileira, fazem do trabalho do professor algo entre a formação profissional e a formação cidadã.

Muitas situações podem fazer com que a saúde mental dos profissionais da educação seja abalada de forma negativa, fazendo com que o seu estado de saúde seja temporariamente alterado e cause doenças ou outros sofrimentos e distúrbios mentais que afetam significativamente o seu trabalho e desempenho.

No caso dos profissionais do setor de ensino é possível perceber que, cada vez mais, a saúde mental enquanto campo de análise se torna um fator determinante para o desenvolvimento e manutenção das atividades.

Segundo parâmetros estabelecidos pela OMS, a saúde mental está favorável em situações em que o indivíduo é capaz de aproveitar o máximo de suas capacidades, tanto cognitivas, quanto operacionais, além de ter aptidão para um bom desenvolvimento sobre aspectos afetivos e de relacionamento com outros indivíduos. Neste cenário, é possível perceber que a saúde mental tem domínio direto sobre a capacidade física e mental para desempenho das atividades, sendo fundamental para a realização das responsabilidades de qualquer profissional (Oliveira et al., 2020).

Em relação a saúde mental dos profissionais de ensino, é possível perceber que existe uma situação crescente em seu cenário de trabalho, que está gerando alguns conflitos significativos para a sua saúde física e mental. Sendo possível destacar como principal precursor a globalização e as mudanças no cenário de trabalho, cada vez mais tecnológico e acelerado, que exige domínio de novas funções e operação de instrumentos didáticos (Oliveira et al., 2020).

No entanto, as tecnologias sozinhas não mudam a escola, mas trazem mil possibilidades de apoio ao professor e de interação com e entre os alunos (Moran; Masetto; Behrens, 2003). Estes

aspectos da globalização acabam por organizar as políticas educacionais para melhor se adequar a sua realidade e formar novos indivíduos que sejam capazes de desempenhar as funções dentro deste plano político, tornando a escola um centro de subjetivação social, a partir de regras, modelos e orientações para que os profissionais possam desempenhar as suas funções de acordo com os interesses político-econômicos do mundo globalizado (Cosmo, 2019).

Dentre as mudanças, é possível perceber que o desgaste do professor com relação aos fatores psicossociais, as exigências de adaptação e de domínio de novas práticas são os pontos mais marcantes para desempenho favorável de suas funções (Oliveira; Santana; Oliveira, 2017).

O trabalho do professor é composto por várias vias de pensamento e ações, que envolvem as situações vivenciadas dentro e fora da sala de aula, a relação com a diretoria e o cronograma de ensino, assim como as normas de adequação exigidas pela instituição para direcionar o trabalho do docente. Se ele não for direcionado de forma organizada, considerando os limites físicos e mentais, os trabalhadores acabam perdendo ou reduzindo o seu potencial em prol do cumprimento de metas e produções.

Sendo assim, torna-se importante explorar esse tema com novas pesquisas, sem deixar de se levantar as condições de trabalho do profissional desta etapa e as relações interpessoais, que são influenciadoras do estresse das professoras estudadas, ressaltando-se a necessidade de compreender o profissional em sua integralidade.

A importância de trazer a saúde e o bem-estar como tema de formação continuada

No ano de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19, a comunidade escolar foi surpreendida com uma nova normativa educacional, afetando não só professores e alunos, mas também seus familiares. Pois, todos deveriam estar engajados no trabalho de ensino-aprendizagem de suas crianças e jovens. A pandemia fez com que as salas de aulas presenciais fossem, temporariamente, abandonadas e, de um dia para outro, professores e alunos tiveram que encontrar novas maneiras de aprender.

Diante dessa súbita mudança no modo de ensinar, os professores sofrem na pele a pressão de planejar, elaborar e avaliar atividades à distância, mesmo sem capacitação adequada. Foram obrigados a utilizar e adquirir, por conta própria, os materiais necessários para utilização da tecnologia no ensino remoto. Tendo que dividir a exaustiva responsabilidade da profissão por meios virtuais e a rotina familiar com inúmeras obrigações domésticas e cuidados com os filhos (Oliveira, 2020).

Entretanto, vale ressaltar que, antes mesmo da pandemia da COVID-19, os professores já sofriam dificuldades para exercer suas funções, ora pela carga horária e baixa remuneração, ora pelas condições precárias das ferramentas de trabalho (Paludo, 2020).

A utilização das novas tecnologias e mídias social acarretou aos professores uma sobrecarga e um acúmulo de trabalho, pois o tempo de preparo das aulas eram muito maiores, devido a utilização dos recursos tecnológicos e pedagógicos utilizados para o desenvolvimento das atividades docentes (Souza et al., 2021). O que afetou negativamente a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) destes profissionais.

Sendo assim, a saúde e o bem-estar se tornaram temas essenciais na formação continuada dos professores, especialmente devido à natureza desafiadora e estressante da profissão docente. Incorporar esses temas na formação continuada pode melhorar a qualidade de vida dos docentes, reduzir o estresse e a síndrome de burnout, priorizando a saúde e o bem-estar, conseqüentemente, melhorar o ambiente escolar e a qualidade do ensino. No contexto brasileiro, há várias razões e benefícios para se incluir saúde e bem-estar como temas centrais na formação continuada.

A profissão docente é conhecida por seus altos níveis de estresse e risco de burnout. Segundo a pesquisa de Carlotto (2010), a inclusão de temas relacionados à saúde mental e ao bem-estar na formação continuada pode ajudar os professores a desenvolverem estratégias de enfrentamento eficazes, reduzindo o estresse e prevenindo o adoecimento.

Somado a isso, no dia 18 de setembro de 2023, foi criada a Lei n. 14.681, que institui a

Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação (Brasil, 2023). Tendo como base os artigos 1, 2 e 3, que dispõem:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a criação da Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação, considerada a necessidade de desenvolver ações direcionadas para a atenção à saúde integral e a prevenção ao adoecimento, bem como de estimular práticas que promovam o bem-estar no trabalho de maneira sustentável, humanizada e duradoura.

Art. 2º Para fins da aplicação desta Lei, consideram-se:

I - qualidade de vida no trabalho: conjunto de normas, diretrizes e práticas que integram as condições, a organização, os processos de trabalho, as práticas de gestão e as relações socioprofissionais, com a finalidade de alinhar as necessidades e o bem-estar dos servidores à missão institucional;

II - bem-estar no trabalho: a percepção de emoções positivas e o sentimento de satisfação do trabalhador com relação à organização e às condições de trabalho, às práticas de gestão, ao envolvimento afetivo com o desenvolvimento de suas tarefas e às possibilidades de reconhecimento simbólico;

III - saúde integral: visão integrada do trabalhador como um ser biopsicossocial, com demandas nas diversas áreas da vida, incluída a do trabalho;

IV - valorização do profissional da educação: em consonância com o artigo 67 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, reconhecimento institucional, por meio da implementação de condições ambientais e relacionais, que contribui para a realização profissional, o aprimoramento das relações socioprofissionais e a ampliação das competências profissionais.

Art. 3º A Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação será baseada na promoção da saúde integral, no desenvolvimento pessoal e profissional, nas práticas de gestão, nas ações de qualidade de vida no trabalho e na promoção de vivências de bem-estar (Brasil, 2023, s/p)

Por isso, defendemos a pertinência de trazer a saúde docente para dentro dos cursos de formação ofertados as docentes, tendo em vista que professores saudáveis e bem-preparados para lidar com o estresse criam um ambiente de trabalho mais positivo e produtivo. De acordo com a pesquisa de Silva e Oliveira (2016), programas de formação que abordam saúde e bem-estar contribuem para a criação de um ambiente escolar mais harmonioso e colaborativo, o que beneficia tanto os professores quanto os alunos.

A formação continuada que inclui saúde e bem-estar também pode focar no desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Essas habilidades são essenciais para a gestão de sala de aula e para a construção de relações saudáveis com os alunos. Segundo Antunes (2011), professores que possuem um bom desenvolvimento socioemocional estão mais capacitados para lidar com os desafios do dia a dia escolar.

A inclusão de temas de saúde na formação continuada incentiva os professores a adotarem hábitos de vida mais saudáveis. De acordo com uma pesquisa de Farias e Nahas (2005), programas de educação para a saúde podem aumentar o conhecimento dos professores sobre nutrição, atividade física e outros aspectos do estilo de vida saudável, levando a uma melhoria geral na qualidade de vida.

Professores que se sentem bem e estão em boa saúde física e mental tendem a ser mais eficazes em suas práticas pedagógicas. Segundo Freitas e Guimarães (2013), o bem-estar dos professores tem um impacto direto no desempenho acadêmico dos alunos, pois professores mais

motivados e saudáveis conseguem criar aulas mais dinâmicas e engajadoras.

A formação continuada que aborda saúde e bem-estar contribui para uma formação holística do professor. Conforme apontado por Gatti (2016), é importante que os programas de formação continuada considerem o professor como um indivíduo completo, cujas necessidades físicas, emocionais e profissionais devem ser atendidas de maneira integrada.

A inclusão de temas de saúde e bem-estar na formação continuada dos professores é essencial para garantir que os educadores estejam em condições de fornecer uma educação de alta qualidade. Investir na saúde e no bem-estar dos professores não só melhora a prática pedagógica e previne o burnout, mas também promove a satisfação e a retenção dos educadores. Políticas e práticas que apoiam a saúde e o bem-estar dos professores devem ser uma prioridade para qualquer sistema educacional que aspire à excelência. Garantir que os professores tenham acesso contínuo a oportunidades de desenvolvimento em saúde e bem-estar é fundamental para o sucesso e o progresso da educação como um todo.

Considerações finais

O presente trabalho investigou a saúde e o bem-estar dos docentes na Educação Infantil, buscando compreender os principais desafios enfrentados por esses profissionais e as estratégias utilizadas para lidar com tais desafios. Os resultados evidenciaram que os professores de Educação Infantil frequentemente lidam com altos níveis de estresse e desgaste físico e emocional, decorrentes de fatores como carga horária extensa, rotina intensa, excesso de trabalho extraescolar, condições inadequadas de trabalho, altas demandas emocionais, combinadas com a sobrecarga de papéis que muitas mulheres, maioria exercendo a docência nesta etapa da educação, assumem outras atividades concomitantemente, como ser professora, mãe, esposa e dona de casa. Enquanto lacunas do estudo, sugere-se a realização de pesquisa empírica, buscando a participação dos principais atores envolvidos nesse cenário –os professores –, na intenção de ouvi-los em relação as suas angústias e inquietações e tentar auxiliá-los por meio da oferta de formação continuada mais direcionada para os seus anseios de fato.

Referências

ALONSO, M. A supervisão e o desenvolvimento profissional do professor. In: FERREIRA, N. (Org.). Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2010. p. 167-182.

ANTUNES, C. Educação Emocional nas Escolas: uma abordagem prática para o desenvolvimento das competências emocionais e sociais. São Paulo/SP: Editora Summus, 2011.

ARCE, A. Educação Infantil e Formação de Professores: políticas e práticas pedagógicas. Educação & Sociedade, Campinas/SP, v. 35, n. 126, p. 769-788, 2014.

BARBIERI, M.R.; CARVALHO, C.P.; UHLE, A.B. Formação continuada dos profissionais de ensino: algumas considerações. Caderno CEDES, São Paulo/SP, v. 15, n. 36, p. 29-35, 1995.

BARBOSA, M.C.S. Currículo na Educação Infantil: diálogos e práticas. Porto Alegre/RS: Editora Artmed, 2012.

BRASIL. Lei n. 14.681, de 18 de setembro de 2023. Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. Diário Oficial da União (DOU), Brasília/DF, set. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14681.htm#:~:text=3%C2%BA%20A%20Pol%C3%ADtica%20de%20Bem,de%20viv%C3%A2ncias%20de%20bem%20Destar. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): a educação é a base. Brasília/DF: Ministério da Educação (MEC), 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica. Brasília/DF: Ministério da Educação (MEC), 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-basica/politica-nacional-de-formacao-de-profissionais-da-educacao-basica>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BULGRAEN, V.C. O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento. *Revista Conteúdo, Capivari/SP*, v. 1, n. 4, p. 30-38, ago./dez. 2010.

CARLOTTO, M.S. Síndrome de Burnout: o que é, como se desenvolve e como prevenir. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 107-116, 2010.

COSMO, N.C. Referências técnicas para a atuação de psicólogos(os) na educação básica. 2. ed. Brasília/DF: Conselho Federal de Psicologia, 2019.

COSTA, A.A.; SOUZA, M.C. Formação Continuada de Professores: Desafios e Possibilidades. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro/RJ, v. 25, n. 80, p. 1-15, 2020.

CURY, C.R.J. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2002.

DAY, C. *Developing teachers: The challenges of lifelong learning*. [S.l.]: Falmer Press, 1999.

DOMINGUES, I. O coordenador pedagógico e o desafio da formação contínua do docente na escola. 2009. 235f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2009.

ESTEVE, J.M. Bem-estar e saúde docente. *Revista PRELAC, Santiago/Chile*, v. 2, n. 1, p. 116-133, jun. 2005.

FARIAS, J.C.; NAHAS, M.V. Atividade física no contexto escolar: contribuições para a promoção da saúde. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo/SP, v. 19, n. 3, p. 143-153, 2005.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 24. ed. São Paulo/SP: Editora Paz e Terra, 2002.

FREIRE, M. A Formação Permanente. In: FREIRE, P. *Trabalho, Comentário, Reflexão*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1991.

FREITAS, A.L.P.; GUIMARÃES, L.A.M. A relação entre bem-estar no trabalho e desempenho profissional: um estudo com professores de uma instituição federal de ensino. *Revista Gestão & Saúde, Brasília/DF*, v. 4, n. 2, p. 676-692, 2013.

GANDIN, L.A. Políticas Públicas de Educação Infantil no Brasil: avanços e desafios. *Educação em Revista*, Belo Horizonte/MG, v. 29, n. 3, p. 95-113, 2013.

GATTI, B.A. Formação de Professores no Brasil: características e problemas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro/RJ, v. 21, n. 65, p. 65-83, 2016.

GIORDANO, R.; ANDRADE, C. (Con)figurações do mal-estar docente na Amazônia. In: *Seminário da Red ESTRADO*, 6., 2006, Rio de Janeiro/RJ. Anais: [...], Rio de Janeiro/RJ: UERJ, 2006.

KRAMER, S. *A Política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2006.

- LÉVY, P. Cibercultura. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo/SP: Editora 34, 1999.
- LIBÂNEO, J.C. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Revista Educação em Debate, Ceará, v. 34, n. 61, p. 89-104, 2012.
- LIMA, M.S.L. A formação contínua do professor nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento. 2001. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, São Paulo/SP, 2001.
- MASLACH, C.; LEITER, M.P. Burnout: A multidimensional perspective. [S.l.]: Routledge, 2016.
- MENDES, M.L.M. Condições de trabalho e saúde docente. In: Seminário da Red ESTRADO, 6., Regulação Educacional e Trabalho Docente. 2006. Rio de Janeiro/RJ. Anais: [...], Rio de Janeiro/RJ: UERJ, 2006.
- MORAIS, C.P.T.; GOMES, G.M.B.; MACHADO, L.C.S.; DAUMAS, L. .; GOMES, M.M.B. Impacto da pandemia na saúde mental dos profissionais de saúde que trabalham na linha de frente da COVID-19 e o papel da psicoterapia. Brazilian Journal of Development. Curitiba/PR, v. 7, n. 1, p. 1660-1668, jan. 2021.
- MORAN, J.M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 7. ed. São Paulo/SP: Editora Papirus, 2003.
- NÓVOA, A. Nada será como antes. Revista Pátio, Porto Alegre/RS, n. 72, p. 18-21, nov./jan. 2015.
- NÓVOA, A. Os Professores e a sua Formação. Lisboa/Portugal: Publicações Dom Quixote, 1999.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho, 2007. Disponível em: <https://ilo.org/pt-pt/regions-and-countries/americas/brasil/conheca-oit/oit-no-brasil>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- OLIVEIRA, A.M.; SANTANA, L.F.G.; OLIVEIRA, L.R.V. Saúde Mental de professores da rede pública de ensino. Revista Ambiente Acadêmico, [S.l.], v. 3, n. 2, 2017.
- OLIVEIRA, D.A. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. Educar em Revista, Curitiba/PR, n. esp., p. 17-35, 2010.
- OLIVEIRA, H.L.R.; BALK, R.S.; GRAUP, S.; MUNIZ, A.G. Percepções sobre saúde mental de professores e professoras de uma escola pública da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Research, Society and Development, [S.l.], v. 9, n. 4, p. e171943060-e171943060, 2020.
- OLIVEIRA, M.L.C.L. Deslocamentos territoriais da docência-discência na educação básica: Tensões e desafios em tempos de pandemia. Giramundo - Revista de Geografia do Colégio Pedro II, [S.l.], v. 7, n. 13, p. 9-21, 2020.
- OLIVEIRA, Z.M.R. Que desafios e perspectivas a base nacional comum curricular traz à educação infantil? In: ALBUQUERQUE, S.S.; FELIPE, J.; CORSO, L.V. (Orgs.). Para pensar a docência na educação. Porto Alegre/RS: Editora Evangraf, 2019. p. 288-296.
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Da formação dos supervisores cooperantes à formação dos futuros professores de crianças: o ciclo da homologia formativa. In: GUIMARÃES, C. (Org.). Perspectivas para educação infantil. Araraquara/SP: Editora Junqueira & Marin Editores, 2005.
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. A formação prática de professores: da prática docente na instituição de formação à prática pedagógica nas escolas. In: CAMPOS, B. (Org.). Formação profissional de

professores no ensino superior. Porto/Portugal: Porto Editora, 2001. p. 46-64.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Constituição da Organização Mundial da Saúde, 1948.

PALUDO, E.F. Os desafios da docência em tempos de pandemia. Em Tese, Florianópolis/SC, v. 17, n. 2, p. 44-53, 2020.

REIS, R.M.C. A pré-escola na visão de crianças de 1ª série. Psicologia da educação [online], [S.l.], n. 20, p. 55-75, 2005.

SADIR, M.A.; BIGNOTTO, M.M.; LIPP, M.E.N. Stress e qualidade de vida: Influência de algumas variáveis pessoais. Paidéia, [S.l.], v. 20, n. 45, p. 73-81, 2010.

SCLIAR, M. História do Conceito de Saúde. PHYSIS - Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro/RJ, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007.

SILVA, J.L.; OLIVEIRA, A. L. Saúde do trabalhador docente: revisão sistemática da literatura. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro/RJ, v. 32, n. 10, p. e00177715, 2016.

SOUZA, A.S.; BARROS, C.C.A.; DUTRA, F.E.; GUSMÃO, R.S.C.; CARDOSO, B.L.C. Precarização do trabalho docente: Reflexões em tempos de pandemia e pós-pandemia. Ensino em Perspectivas, Fortaleza/CE, v. 2, n. 2, p. 1-23. 2021.

TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação Profissional. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002.

VILELA, W.A.; SILVA, S.M. A coordenação pedagógica e o contexto brasileiro: de supervisão à coordenação pedagógica. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro/RJ, v. 22, n. 9, mar. 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/9/a-coordenacao-pedagogica-no-contexto-brasileiro-da-supervisao-a-coordenacao-pedagogica>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Recebido em 20 de novembro de 2024
Aceito em 15 de julho de 2025